CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO APÓS ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA

Katherine Gómez Plata (UEPG), Simone de Fátima Flach (Orientadora),
E-mail: eflach@uol.com.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Educação

Educação. Planejamento e Avaliação Educacional. Política Educacional

Palavras-chave: Politica Educacional, Materialismo Histórico e Dialético, Conflito Armado, Acordo de Paz.

Resumo

O presente texto tem como objetivo apresentar reflexões iniciais de investigação em andamento sobre a realidade educacional da Colômbia pós Acordo de Paz. Para tanto, a partir de pesquisa bibliográfica e tendo como pressuposto teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, são apresentados dados e alguns aspectos gerais sobre a oferta educacional na Colômbia, critérios educacionais previstos no Acordo de Paz e ao final aponta alguns desafios a serem enfrentados para o atendimento das necessidades sociais e a consequente superação das desigualdades que marcam o país.

Introdução

Atualmente a Colômbia enfrenta um desafio social, político e educacional, devido ao fim do conflito armado interno. O contexto social colombiano é bastante é diversificado, visto ser composto por ex-combatentes das guerrilhas e ex-combatentes de autodefesa, bem como civis deslocados pela violência.

O fim do conflito armado na Colômbia em 2017 marca um passo para a inclusão social dos ex-combatentes das guerrilhas e isso impacta nos domínios econômico e social das populações que foram vítimas de violência, especialmente nas áreas rurais do país, locais em que há significativa desigualdade social e educacional, comparando-os com o setor urbano. Os setores rurais do país são marcados por baixas taxas de matrícula, principalmente nas regiões mais afetadas pelo conflito armado interno, visto que há décadas o desenvolvimento econômico e o bem-estar social estavam paralisados. Ressalta-se que, em áreas rurais, a guerra interna causou danos à infraestrutura escolar e hospitais, fato que contribuiu para a insegurança e conduziu muitas famílias ao abandono de suas casas. Essas questões impactam nas baixas matrículas no ensino básico rural, principalmente quando esses dados são comparados às áreas urbanas.

A presença de guerra nessas áreas afetou o ambiente acadêmico porque desencorajou a presença de bons professores, dificultou o investimento em infraestrutura e aumentou as taxas de recrutamento de menores por grupos armados.

Atualmente, a educação desempenha um papel importante na superação dos impactos do conflito e na sua superação para uma construção duradoura da paz. Para amenizar as consequências de anos de conflito armado, o Estado precisa

implementar ações que busquem o desenvolvimento de reformas nas políticas educacionais atuais, especialmente aquelas que orientam os currículos das instituições de ensino.

Em face de tais questões iniciais, o presente texto tem como objetivo apresentar reflexões iniciais de investigação em andamento, as quais podem ser expressas da seguinte forma: Como a educação escolar pode contribuir a processo de democratização após acordo de paz na Colômbia? Como promover um currículo educacional diferenciado que busque a construção da paz nas escolas que atendem vítimas do conflito armado.

Para tanto, a partir de pesquisa bibliográfica, são apresentados dados e alguns aspectos gerais sobre a oferta educacional na Colômbia, critérios educacionais previstos no Acordo de Paz e ao final aponta para a necessidade de planejamento educacional que tenha o compromisso com a transformação da realidade social e educacional do país.

Revisão de literatura

Durante o século XIX, a rivalidade entre os partidos políticos liberais e conservadores impossibilitou o desenvolvimento educacional na Colômbia, pois ocorrendo a alternância no poder, também a política implementada se alternava conforme os interesses do grupo envolvido.

A esse respeito, a alternância de políticas se aproxima do que Saviani (2008, p. 221), ao analisar a política educacional brasileira, denomina de descontinuidade de políticas educativas, caracterizada pela metáfora do zigue-zague, visto que “o movimento pendular mostra o vaivém de dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional”.

Para além da alternância de interesses políticos, o conflito interno colombiano afetou durante décadas o desenvolvimento econômico e bem estar social do país, especialmente nas áreas rurais. Tal situação gerou insegurança entre os habitantes, contribuindo para as seguintes situações: deslocamento da população de suas comunidades e a consequente evasão escolar; baixas taxas de escolarização nas escolas primárias e secundárias nas áreas rurais; desestímulo à presença de bons professores; falta de investimento em infraestrutura e, por fim, aumento das taxas de recrutamento de menores por grupos armados. Nesse contexto de conflito social e político, a educação pode ser apontada como uma das estratégias necessária para alterar o quadro.

Contudo, qualquer estratégia a ser implementada só poderá ser eficaz se considerar os processos de inclusão social e as contradições em que vivem os ex-combatentes e as vítimas do conflito, visto que "O homem é, sobretudo espírito isto é, criação histórica e não natureza". (GRAMCI, 2004, p. 56 - 61)

Para o Ministério da Educação Nacional – MEN da Colômbia, a educação é definida como um "processo de formação permanente, pessoal cultural e social que se baseia em uma concepção integral da pessoa humana, sua dignidade, seus direitos e deveres" (LEI GERAL DE EDUCAÇÃO, COLÔMBIA, 1994). Da mesma forma, a Constituição Política de 1991 estabelece que a educação se caracteriza como um serviço público e um direito fundamental da pessoa. Nesse sentido, a educação é de responsabilidade do Estado, o qual deve assegurar a cobertura adequada do serviço, garantindo as condições necessárias para acesso e permanência de crianças e jovens no sistema educacional.

O *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera* (2017,p. 21) prevê a implementação de um Plano Especial de Educação Rural, que levará em conta os seguintes critérios:

- Cobertura universal com atenção abrangente à primeira infância.
- Modelos flexíveis de educação pré-escolar, primária e secundária, adaptados para as necessidades das comunidades e do meio rural, com uma diferencial.
- A construção, reconstrução, melhoria e adaptação do infra-estrutura educacional rural, incluindo disponibilidade e permanência de pessoal docente qualificado e acesso a tecnologias de informação.
- A garantia de gratuidade educacional para ensino fundamental.
- A melhoria das condições de acesso e permanência no sistema educacional de crianças e adolescentes através de um livre para suprimentos, textos, alimentação escolar e transporte.

Entretanto, as ações necessárias para a efetivação de tais previsões ainda não se tornaram realidade para os colombianos. Por isso, analisar tal realidade e indicar possíveis caminhos é o grande desafio da proposta de pesquisa em andamento.

Resultados e Discussão

Desafios educativos na Colômbia depois do pós-conflito

A educação como um bem comum público, cumpre um propósito vital para entender melhor o país que temos e o que queremos. Aí reside à importância de apostar na inovação, garantia e melhoria da qualidade e torná-la mais viável para a população, em especial para as vítimas do conflito armado.

A Colômbia vive a oportunidade de gerar uma paz duradoura, na qual as diferenças ideológicas possam ser respeitadas. No entanto, em um contexto de extrema diversidade política, em que a população sofre as consequências das divergências materializadas em um conflito armado, em que o acordo de paz ainda não é aceito pela totalidade da população, o planejamento social e educacional precisa contribuir para a superação de tais contradições.

Assim, entendemos ser necessário que o Estado atenda às necessidades das populações marginalizadas e vítimas do conflito, além de implementar ações que visem dar maiores oportunidades educacionais para a população vulnerável, de modo que possa transformar sua realidade.

Conclusões

O contexto de conflito colombiano evidencia o quão difícil pode ser a implementação de políticas públicas em geral e em especial as políticas sociais, como é o caso da educação.

Entender a política educacional da Colômbia, além de desafio, se constitui em processo revolucionário, visto que contribui para a intervenção na realidade e indica a possibilidade de se instaurar uma nova forma de vida, na qual a liberdade e a igualdade não sejam utopias, mas realidade.

Por isso, é essencial compreender o contexto histórico dos ex-combatentes e as vítimas do conflito, seu papel no conflito armado, conhecer seu passado, para gerar ações possibilitando transformar sua realidade.

Nesse sentido, a investigação em andamento procura contextualizar o conflito armado interno, suas origens, evolução até a assinatura do acordo de paz, bem como uma revisão da política educacional na Colômbia, as reformas mais

relevantes voltadas para a educação fundamental e média e as implicações que o conflito armado gerado no campo educacional do país.

Por outro lado, e necessário fazer uma análise dos acordos de paz assinados em outros países e as mudanças na política educacional que garantam a efetiva construção da paz.

Referências

Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera, Bogotá, Colombia, 2017. Disponível em < http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Documentos%20compartidos/24-11-2016NuevoAcuerdoFinal.pdf> . Acesso em: 05.ago.2018.

GRAMSCI, A. Socialismo e Cultura. In: _____. Escritos Políticos. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 56 - 61.

LEY GENERAL DE EDUCACIÓN 115 de Febrero 8 de 1994 Ministerio de Educación Nacional. Bogotá, Colômbia.

SAVIANI, D. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. *Trab. educ. saúde.* v. 6, n. 2. 2008.